

## **Apontamentos sobre o Super-eu freudiano à luz da leitura de Norbert Elias<sup>1</sup>**

### **Notes on the freudian Super-ego in the light of Norbert Elias' reading**

MUNIQUE GAIO FILLA  
Psicóloga e Doutora em Filosofia pela  
Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR  
[muniquegf@gmail.com](mailto:muniquegf@gmail.com)

#### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo, primeiramente, revisitar a noção de Super-eu em Freud, a fim de destacar sua dupla origem para o autor. Ao mesmo tempo em que essa instância psíquica é construída a partir da relação com os primeiros cuidadores, que inserem a criança na cultura, e com o meio social em geral, também depende da transmissão filogenética para se constituir, por ser herdeira do complexo de Édipo. A partir disso, busca levantar alguns pontos problemáticos resultantes do enlaçamento entre o Super-eu e a herança filogenética, para, em um segundo momento, iluminá-los a partir de um recorte da leitura do Super-eu proposta por Norbert Elias. O sociólogo contribui para radicalizar a determinação sócio-histórica dessa instância psíquica, ao mostrar como o Super-eu que conhecemos por meio da teoria freudiana é efeito de um processo civilizador, que leva a alterações da estrutura da personalidade, correspondentes às mudanças da estrutura social em curso durante um longo processo histórico.

**Palavras-chave:** Super-eu. Autocontrole. Hipótese filogenética. Cultura. Sigmund Freud. Norbert Elias.

#### **ABSTRACT**

This article aims, firstly, to revisit the notion of Super-ego in Freud, in order to highlight its dual origin for the author. At the same time that this psychic instance is built from the relationship with the first caregivers, who insert the child into the culture, and with the social environment in general, it also depends on phylogenetic transmission to be constituted, as it is heir to the Oedipus complex. From this, it seeks to raise some problematic points resulting from the link between the Super-ego and phylogenetic inheritance, and, in a second moment, to illuminate them based on an excerpt from the reading of the Super-ego proposed by Norbert Elias. The sociologist contributes to radicalizing the socio-historical determination of this psychic instance, by showing how the Super-ego that we know through Freudian theory is the effect of a civilizing process, which leads to changes in the personality structure, corresponding to changes in the social structure ongoing during a long historical process.

**Keywords:** Super-ego. Self-Constraint. Phylogenetic hypothesis. Culture. Sigmund Freud. Norbert Elias.

---

<sup>1</sup> Recebido em 15 de janeiro de 2024. Aprovado em 08 de junho de 2024.

## INTRODUÇÃO

A ideia de que haveria a formação de um ideal com o qual o Eu é comparado e de uma instância psíquica especial, a consciência moral, responsável por realizar esta comparação, encontra-se na teoria freudiana desde 1914. Em *Introdução ao narcisismo*, Freud afirmava que a consciência moral mede o Eu, observando-o e criticando-o, a partir do ideal do Eu, substituto do narcisismo perdido da infância, em busca da correspondência entre ambos e da consequente satisfação narcísica assegurada por meio dela. O autor já notava o peso que a cultura adquirida na composição desse ideal, formado a partir da “influência crítica dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, instrutores e, como uma hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio (o próximo, a opinião pública)” (Freud, 1914/2010, p.42).

Entretanto, o termo Super-eu (*Über-ich*) é introduzido por Freud apenas em *O Eu e o Isso*, em 1923, para designar uma das três instâncias psíquicas da segunda tópica, apresentada neste texto, escrito após as revisões realizadas na teoria pulsional em 1920, com a introdução da hipótese da pulsão de morte. O Super-eu é um dos três senhores aos quais o Eu precisa responder, ao lado das demandas pulsionais advindas do Isso e das imposições da realidade. Tal instância passa a reunir as funções anteriormente separadas do ideal e da consciência moral, ao ser portador do primeiro e ao exercer a autovigilância própria da segunda. Como parte estruturante do aparelho psíquico, possui uma importância incontestável, não apenas teórica, como também clínica, na obra de Freud. Fenômenos clínicos que se manifestam sobretudo na melancolia e na neurose obsessiva, que permitem observar com uma lente de aumento a estrutura psíquica considerada “normal”, revelam o poder que o sentimento de culpa, consciente ou inconsciente, e a necessidade de castigo, relacionados aos mandamentos e proibições do Super-eu, são capazes de desempenhar na vida psíquica. Além disso, a necessidade de punição leva à reação terapêutica negativa e é vista como um dos tipos mais fortes de resistência que se opõem intensamente à cura no tratamento psicanalítico, aquela desempenhada pelo Super-eu (Freud, 1926/2014). Dessa forma, a severidade e a crueldade com que o Super-eu pode tratar o Eu e o constante fracasso deste em atender às demandas ideais, por vezes impossíveis, são fontes fundamentais do sofrimento psíquico dos indivíduos e obstáculo incontornável da análise.

Concebido como uma diferenciação que surge no interior do Eu, a partir das primeiras e mais importantes identificações, aquelas resultantes do complexo de Édipo, consiste em

uma introjeção daqueles que exercem a função materna e paterna, que trazem, pela primeira vez, a influência do mundo externo real para a criança. Em outras palavras, trata-se da introjeção das figuras que introduziram a criança na cultura, às quais, no curso posterior do desenvolvimento, também se adicionam os demais modelos sociais, que tomam o lugar dos primeiros cuidadores. Além disso, o Super-eu também é visto como representante do Isso, a região psíquica totalmente inconsciente, onde se situam as pulsões – sendo ele próprio também inconsciente, em grande parte –, por ser um resíduo de suas primeiras escolhas objetais, aquelas ligados aos pais no complexo de Édipo. Por um lado, como essa região psíquica surge a partir da identificação com a instância parental e, mais tarde, com os seus substitutos, isso significa que é construída a partir do meio familiar, social e político de determinado tempo histórico. Por outro lado, devido à concepção que o autor tem do Édipo como “fenômeno determinado pela hereditariedade”, parte de um “programa inato” (Freud, 1924/2011, p. 205), o Super-eu também se relaciona, em sua teoria, com as aquisições filogenéticas do Isso, sendo a “[...] reencarnação de anteriores formações do Eu, que deixaram seus precipitados no Isso<sup>2</sup>” (Freud, 1923/2011, p. 60).

Considerando aquela primeira faceta do Super-eu, a saber, sua formação a partir do modelo parental e, posteriormente, dos modelos sociais que o substituem, assim como o fato de que ele vigia, pune ou recompensa o Eu com base nos ideais e normas veiculados pelo meio familiar, social, político e econômico, é necessário presumir que seus imperativos sejam contingentes e estejam submetidos às transformações históricas, respondendo às especificidades de cada tempo e de cada contexto cultural. As queixas ligadas à tensão entre o Eu e o Super-eu que um psicanalista escutou há um século atrás não são exatamente as mesmas que um psicanalista escuta hoje, assim como as que um psicanalista francês escuta hoje não podem ser exatamente as mesmas escutadas por um psicanalista brasileiro, no mesmo período histórico. O Super-eu está sujeito à conjuntura histórico-social e isso não passou despercebido ao campo psicanalítico.<sup>3</sup>

Contudo, é possível ir ainda mais longe e levantar a questão de como se constitui historicamente o próprio Super-eu, nessa estrutura psíquica proposta por Freud, se rejeitamos o pressuposto de que o autor estabelece uma disposição da psique completamente alheia à história. É precisamente tal “historicização”, seguindo o termo de Mazurel (2012), do Super-

---

<sup>2</sup> Na tradução consultada, de Paulo César de Souza, opta-se por Id para verter o *Es*. Considerando a liberdade de escolha concedida ao leitor pelo próprio tradutor na apresentação de sua edição, optei por *isso* nesta e nas próximas citações.

<sup>3</sup> É o que mostra, por exemplo, o trabalho de Pena (2016), ao mapear as diferenças entre o Super-eu na modernidade e na contemporaneidade.

eu e, de modo geral, das instâncias psíquicas freudianas, que pode ser encontrada na leitura de Freud realizada por Norbert Elias, ainda pouco estudada pelos psicanalistas (Endo, 2022)<sup>4</sup>. O sociólogo alemão reconhecia abertamente a influência das noções freudianas em sua obra, mas também criticava o fato de Freud ter estudado “a vida dos homens e mulheres que viviam no fim do século XIX e no começo do século XX” e ter “forjado seus conceitos como se a estrutura da personalidade que ele observava fosse aquela de todos os homens humanos”, razão pela qual se interessava em “compreender como e por que emergiu progressivamente a estrutura da personalidade que é descrita por Freud” (Elias, 1985/2000: 94). Em escritos como os dois volumes d’*O processo civilizador* e o ensaio *A sociedade dos indivíduos*, ambos datados de 1939, vemos como Elias entende a emergência, a partir do controle externo, do autocontrole individual, também chamado de Super-eu, como um efeito das transformações sociais em curso durante longos períodos da história.

O objetivo deste artigo consiste em revisitar a noção de Super-eu em Freud, com destaque para esse duplo aspecto que ele apresenta, de ser construído a partir do trabalho da cultura, mas também ser dependente da transmissão filogenética para se constituir, considerando seu estatuto de herdeiro do complexo de Édipo, para então, em um segundo momento, iluminar esses pontos a partir de um breve recorte da leitura do Super-eu proposta por Elias. O sociólogo permite uma explicação histórica e social, afastada da hereditariedade entre os membros da espécie, para a formação e permanência de uma instância psíquica como esta, com suas exigências específicas. Com isso, a ideia é levar adiante uma sugestão de Endo (2022: 283), para quem “Elias provoca a psicanálise freudiana, convidando-a a abandonar a hipótese filogenética e hereditária, à qual Freud apelara diversas vezes e que considerava como sendo um dos eixos da transmissão psíquica”, ao entregar “à investigação histórica” aquilo que Freud, por vezes, entrega ao hereditário que se perpetua no Isso e, por conseguinte, no Super-eu.

### **O Super-eu freudiano entre a hereditariedade e a cultura**

Para Freud (1933/2010, p. 199), é preciso explicar como se origina a moralidade, como se dá a gênese da consciência moral e dos ideais, já que o ser humano não vem ao mundo portando um Super-eu: “Se a consciência é algo ‘dentro de nós’, não o é desde o início. Nisso forma um verdadeiro contraste com a vida sexual, que desde o começo da vida

---

<sup>4</sup> Destaco aqui outra exceção, além de Paulo Cesar Endo – os trabalhos de André Oliveira Costa, um dos autores brasileiros que se dedica a investigar a relação entre a psicanálise e a obra de Elias.

está presente, não é acrescentada depois. [...] O bebê é notoriamente amoral”. Sua explicação para isso se assenta em dois pilares, a saber, na herança filogenética, por meio da qual justifica-se o que é considerado como predisposição constitucional nos indivíduos, e na ação dos fatores contingentes, presentes no mundo externo, como atestam suas próprias palavras: “Ocorre que fatores constitucionais herdados e influências do meio real atuam conjuntamente na formação do Super-eu e gênese da consciência (*Gewissen*)” (Freud, 1930/2010, p. 101).

Partirei da investigação do primeiro pilar, razão pela qual será preciso revisitar, em primeiro lugar, a própria noção do Édipo na teoria freudiana, e, em segundo lugar, alguns aspectos da hipótese filogenética<sup>5</sup>. Embora a expressão “complexo de Édipo” possa ser encontrada na obra de Freud apenas a partir de 1910, o autor já havia se atentado à presença dos “desejos sexuais” em direção ao progenitor do sexo oposto e do ódio destinado ao progenitor do mesmo sexo na infância em sua análise de certos sonhos típicos, n’*A Interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/2016, p. 280). Além disso, referia-se a este complexo como “o *complexo nuclear* de toda e qualquer neurose”, antes de conferir a ele essa denominação por meio da qual o conhecemos (Freud, 1910/2013, p. 275, grifos do autor). Na verdade, como mostram Laplanche e Pontalis (1970, p. 117), ainda em 1897, nas primeiras formulações sobre o Édipo feitas por Freud em cartas a Fliess, como parte de sua auto análise, é possível notar que se trata de “um mito para além da história e das variações da vivência individual” na visão do criador da psicanálise, que já assume a “universalidade do Édipo”. A partir de *Totem e tabu*, Freud “dá um passo decisivo” a esse respeito, como afirma Enriquez (1990, p. 35-36):

A questão do Édipo não é mais uma questão colocada no desenvolvimento do psiquismo individual; ela é a questão decisiva à qual todo corpo social deve responder para alcançar o estado de cultura, isto é, para viver em relações estabilizadas e simbolizadas.

Esse salto é realizado sobretudo no quarto e último ensaio, que será brevemente reconstruído aqui. A partir da experiência psicanalítica, Freud (1912-1913/2012) propõe que a relação com o animal totêmico no totemismo seja equiparada à relação com o animal na fobia infantil. Sugere que o totem é um substituto do pai, assim como o animal cumpre esse papel na fobia das crianças neuróticas. Assim, chega à analogia entre o que chama de “primitivo”, o neurótico e a criança. Os dois mandamentos do totemismo, não matar o totem e não ter relações sexuais com uma mulher do mesmo clã, coincidem com os “dois crimes de Édipo”,

---

<sup>5</sup> Essa hipótese será trabalhada aqui a partir do ponto de vista de sua incidência na formação do Super-eu. Para um panorama geral sobre as discussões envolvendo a hipótese filogenética e uma apresentação do trabalho de Corrêa, que se debruça sobre esse tema, ver Silveira, 2017.

que matou o pai e esposou a mãe, “e com os dois desejos primordiais da criança, desejos cuja repressão insuficiente e cujo redespertar forma o núcleo de talvez todas as psiconeuroses”; o que significa que “o sistema totêmico resultou das condições do complexo de Édipo”, tal como a fobia infantil (Freud, 1912-1913/2012, p. 203). Esse argumento é somado à análise do papel do banquete totêmico no totemismo, como momento de matar e devorar o animal totêmico, em um ritual de luto e festa, e à hipótese da horda primordial de Charles Darwin, segundo a qual a sociedade humana, em seu estado primevo, organizava-se em torno de hordas comandadas por um macho mais velho e mais forte, o único a deter o poder sobre todas as fêmeas.

Por meio disso, apresenta-se a “hipótese que talvez pareça fantástica”, também chamada de “grande evento da pré-história humana” por Freud (1912-1912/2012, p. 216 e 230), que deixou seus traços na vida psíquica de cada indivíduo e em todas as formações culturais subsequentes. Trata-se do crime cometido pelos irmãos expulsos da horda, que, certo dia, se juntaram, mataram o pai e o devoraram para ter acesso às mulheres que ele tinha e para ocupar seu lugar, sendo tomados pelo arrependimento depois disso, considerando a ambivalência de sentimentos em direção ao pai. A refeição totêmica seria a repetição, guiada pelo amor e pelo ódio ao pai, do ato de assassiná-lo. Ato “[...] com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião” (Freud, 1912-1913/2012, p. 217). Os dois tabus do totemismo, a proibição da morte do totem, substituto do pai, e a exogamia, coincidentes com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo, teriam sido criados a partir da consciência de culpa dos filhos e da obediência ao pai morto. Eis o “[...] grande evento, com que teve início a cultura e que, desde então, não permitiu que a humanidade sossegasse” (Freud, 1912-1913/2012, p. 221).

Para Freud (1912-1913/2012, p. 238), “[...] no complexo de Édipo reúnem-se os começos da religião, moralidade, sociedade e arte, em plena concordância com a verificação psicanalítica de que esse complexo forma o núcleo de todas as neuroses”. Portanto, o complexo de Édipo adquire um caráter universal em sua concepção, assim como os efeitos de seu desfecho, que ultrapassam a experiência particular. Trata-se de um complexo comum a todos, desde o ato fundador do parricídio, que deixou na história da humanidade traços impossíveis de serem apagados, a serem recapitulados em cada vivência individual, mesmo nas gerações posteriores, que nada sabem sobre isso. Como indica Enriquez (1990, p.30), Freud encontra neste ato o que buscava desde o abandono da primeira versão da teoria da

sedução, que lhe proporcionava um apoio na realidade objetiva para a explicação das neuroses, a saber, “colocar um acontecimento na origem de todas as coisas”.<sup>6</sup>

Isto posto, torna-se necessário explicar como se efetua essa continuidade da consciência de culpa pelo assassinato do pai entre as gerações ou, dito de outro modo, como acontece essa transmissão dos estados psíquicos, gerados por esse evento, na história da humanidade. Para o psicanalista, não basta atribuir essa transmissão à “tradição” e à “comunicação direta”; é preciso apostar na “herança de disposições psíquicas que, porém, necessitam de determinados ensejos na vida individual para se tornarem efetivas” (Freud, 1912-1913/2012, p. 240). Conforme as palavras de Goethe, retomadas por Freud: “Aquilo que herdaste dos teus ancestrais, conquista-o, para que o possuas.” Nesse ponto, a hereditariedade passa a ter um peso fundamental em justificar porque os estados psíquicos desencadeados pelo parricídio persistem em cada indivíduo.

Na 23ª das *Conferências introdutórias à psicanálise*, ao tratar do problema da fixação nas neuroses, mais precisamente, em busca de explicar onde a libido encontra essas fixações para as quais regride devido ao recalque, Freud (1917/2014) retorna à questão da herança das disposições psíquicas. Atribui uma importância capital à infância como tempo em que se cristalizam essas fixações, em um duplo sentido – tanto pelas predisposições inatas que ela carrega, quanto pelo efeito traumático que as vivências puramente acidentais e, portanto, contingentes podem produzir nesse período –. No entanto, como afirma Silveira (2019, p. 22), a explicação pela via do inato requer, ela mesma, outra explicação: “Se se trata de algo inato, o que Freud se pergunta é: como um processo psíquico pode ganhar o estatuto de inato, *in the first place?*”. Dessa forma, a constituição é herdada por meio das vivências pré-históricas, meio pelo qual Freud procura “[...] mostrar que o próprio inato é adquirido – se não pelo indivíduo, então pela espécie” (Silveira, 2017, p. 182). Para o autor: “As predisposições constitucionais também são, certamente, efeitos remotos das vivências dos antepassados, também foram adquiridas um dia; sem tal aquisição, não haveria hereditariedade” (Freud, 1917/2014: 479).

Ainda na tentativa de dar conta dessa herança transmitida para todos, daquilo que “[...]transcende a vivência individual em que se incarna” (Laplace; Pontalis, 1970, p. 121),

---

<sup>6</sup> Nota-se que o próprio Freud discute, ainda em *Totem e tabu*, se esse ato teria uma “realidade factual” ou se teria somente uma “realidade psíquica”, que já bastaria para originar “nosso patrimônio cultural”. Não chega a uma decisão definitiva a respeito. Por um lado, termina o livro com a célebre frase: “no caso em discussão é lícito supormos que ‘no princípio foi o ‘Ato’” (Freud, 1913-1913/2012: 242 e 244). Por outro, refere-se ao “mito científico do pai da horda primordial” em outros momentos (Freud, 1921/2011: 101). De qualquer forma, seja como fato histórico ou como mito, como realidade factual ou realidade psíquica, exerce a função de lugar de origem da cultura e tem seu legado transmitido filogeneticamente, na concepção freudiana.

Freud opera com a noção de fantasias primordiais (*Urphantasien*), abordada em textos como a conferência citada acima e o escrito sobre o Homem dos Lobos, redigido entre 1914 e 1915, mas publicado apenas em 1918. Diante dos acontecimentos que surgem na história infantil de todos os neuróticos e do fato de que não necessariamente sejam dotados de realidade material, mas sim fantasias que revelam a realidade psíquica, Freud busca responder de onde vem a necessidade e o conteúdo dessas fantasias. Os exemplos paradigmáticos consistem na observação dos pais durante o coito, na sedução por parte de um adulto e na ameaça de castração – parte indispensável do complexo de Édipo –. Assim, chega à hipótese de que determinadas fantasias “são patrimônio filogenético” e de que nelas “[...] o indivíduo vai além de suas vivências pessoais e recorre àquelas de tempos primordiais” (Freud, 1917/2014, p. 493). O que é vivido nos tempos pré-históricos é deixado como predisposição para ser readquirido por cada indivíduo.<sup>7</sup> A criança “[...] preenche as lacunas da verdade individual com verdade pré-histórica, põe a experiência dos ancestrais no lugar da própria experiência” (Freud, 1918/2010, p. 130). De acordo com Silveira (2019), para lidar com a constatação de que há fantasias universais, Freud recorre à única hipótese que considera plausível, a saber, a de que estas são transmitidas hereditariamente, de geração em geração, a partir de eventos vividos na realidade material pelos antepassados.

Com isso, temos condições de compreender melhor a relação entre o Super-eu, as aquisições filogenéticas e a hereditariedade. De volta a *O Eu e o Isso*, destacarei quatro fragmentos do texto de Freud, para depois analisá-los. No primeiro deles, o autor escreve:

O que a biologia e as vicissitudes da espécie humana criaram e deixaram no Isso é assumido pelo Eu, através da formação do ideal, e revivenciado nele individualmente. Graças à história de sua formação, o ideal do Eu tem amplos laços com a aquisição filogenética, a herança arcaica do indivíduo. (Freud, 1923/2011, p. 45-46).

No segundo recorte, lemos que o ideal do Eu ou Super-eu, termos tratados como sinônimos nesse escrito, pode ser compreendido como “formação substitutiva do anseio pelo pai”, que “contém o gérmen a partir do qual se formaram todas as religiões” (Freud, 1923/2011: 46). No terceiro trecho, o autor constata: “Quanto ao Super-eu, achamos que derivou justamente daquelas vivências que conduziram ao totemismo” (Freud, 1923/2011, p. 48). Por fim, no último fragmento a ser destacado, encontra-se a explicação para essa constatação. As conclusões do estudo sobre o totemismo são recuperadas, a fim de justificar a

---

<sup>7</sup> Aqui Freud trabalha sob a influência de Haeckel e de sua lei biogenética, segundo a qual a ontogênese é a recapitulação da filogênese: “cada indivíduo, durante o seu desenvolvimento, deve passar pela série de transformações que a sua linhagem sofreu” (Lebrun, 1983: 99).

origem comum da religião, da moral e do sentimento social, principais conteúdos que compõem aquilo que é elevado no ser humano, precisamente o que se encontra no Super-eu:

Segundo a hipótese de *Totem e tabu*, foram adquiridos filogeneticamente no complexo paterno; religião e limitação ética, pelo domínio sobre o complexo de Édipo mesmo; os sentimentos sociais, pela obrigação de superar a rivalidade restante entre os membros da nova geração. Em todas essas conquistas éticas o sexo masculino parece ter tomado a frente; a herança cruzada levou esse patrimônio também às mulheres. Ainda hoje os sentimentos sociais nascem, no indivíduo, como uma superestrutura sobre os impulsos de ciúme e rivalidade contra os irmãos. (Freud, 1923/2011, p. 47).

Como é possível notar, Freud recorre à hipótese filogenética para rastrear a origem da formação do Super-eu e para justificar a persistência de seus conteúdos. Essa transmissão hereditária é localizada no Isso, polo pulsional do aparelho psíquico, como mostra o primeiro trecho destacado acima. O Isso armazena as experiências pré-históricas vividas pelo Eu, que, ao criar o Super-eu a partir do próprio Isso, “[...] talvez apenas faça aparecer de novo anteriores formas do Eu, proporcione-lhes uma ressurreição” (Freud, 1923/2011, p. 48). As exigências e proibições impostas ao Eu pelo Super-eu, que provocam a tensão entre ambos e o consequente sentimento de culpa, tão presente na vida psíquica dos indivíduos, são determinados, pelo menos em partes, por esse passado da espécie, mais precisamente pelo complexo de Édipo, que funda a cultura. Desse ponto de vista, no curso do desenvolvimento, as injunções dos educadores, mestres e outras autoridades necessariamente “[...] levam adiante o papel do pai” (Freud, 1923/2011, p. 46) – tanto do pai de cada indivíduo, quanto do pai da horda primitiva –.

Nesse sentido, mesmo que o complexo de Édipo seja experimentado por cada um, trata-se de “[...] um fenômeno determinado pela hereditariedade, por ela estabelecido, que programadamente deve passar, quando começa a fase seguinte e predeterminada do desenvolvimento” (Freud, 1924/2011, p. 205), restando ao psicanalista acompanhar como essa predisposição se realiza. Vimos que Freud considera o inato como uma disposição anteriormente adquirida. Com isso, por um lado, busca “[...] enraizar o psíquico, em última instância, no contingente” (Silveira, 2019, p. 29), já que as fantasias universais, como aquela que sustenta o complexo de Édipo, teriam se originado a partir de eventos. Por outro lado, isso posiciona o complexo de Édipo como determinado pelo parricídio vivido pelos antepassados, que o estabelece como complexo universal. E como determinante para a formação e a atuação do Super-eu, visto que essa instância psíquica é sua herdeira. Nesse sentido, o rigor do Super-eu “segue um modelo filogenético e vai além da reação

presentemente justificada, pois o pai da pré-história era certamente terrível e capaz de extrema agressividade” (Freud, 1930/2010, p. 102).

Entretanto, sabemos que a origem do Super-eu tem uma dupla faceta na psicanálise freudiana, já que essa instância psíquica representa tanto o Isso e a herança arcaica da espécie nele contida, quanto o mundo externo. Portanto, sua constituição se apoia não apenas na herança filogenética, mas também na influência da realidade material, na medida em que resulta da identificação e da introjeção dos pais, as primeiras figuras que apresentam essa realidade para a criança e a inserem na cultura. Por trás do poder que essas figuras exercem “se escondem todas as influências do passado e da tradição” (Freud, 1924/2011, p. 197). Conforme a criança se afasta da instância parental, seu Super-eu torna-se mais impessoal e passa a ser composto também pelos “[...] modelos escolhidos pelo indivíduo e heróis socialmente reconhecidos” (Freud, 1924/2011, p. 198). Desse ponto de vista, os cuidadores da criança apresentam a ela os preceitos culturais de seu tempo, os quais são instituídos historicamente e veiculados pela tradição, cuja transmissão ocorre tanto através dos pais, quanto pelo meio social em geral. Preceitos que passam a compor o Super-eu:

É incorreto afirmar que a psique humana não experimentou nenhuma evolução desde os tempos mais antigos e, contrastando com os progressos da ciência e da técnica, ainda é a mesma do início da história. Um desses avanços psíquicos podemos demonstrar aqui. Está de acordo com nossa evolução que a coação externa seja gradualmente internalizada, pois uma instância psíquica especial, o Super-eu humano, a acolhe entre os seus mandamentos. Toda criança nos exhibe o processo dessa transformação, é o que a torna um ser moral e social. Tal fortalecimento do Super-eu é um valiosíssimo patrimônio cultural psicológico. As pessoas nas quais ele se realizou passam de adversários a portadores da cultura. (Freud, 1927/2014, p.241).

Aqui Freud parece aproximar a formação do Super-eu ao que pode ser chamado de trabalho da cultura, efetuado ao longo da história, visto que o concebe como efeito de uma transformação gradual da coação externa em coação interna<sup>8</sup>, que resulta na formação de uma instância psíquica garantidora do cumprimento das injunções morais. Levando em conta a importância das renúncias pulsionais para a vida em sociedade, essa internalização acontece no curso da história da humanidade, mas também na história individual de cada criança a ser socializada. Embora persista a noção freudiana de que a vivência da infância à vida adulta seja uma recuperação da vivência humana em geral, sob este paradigma o Super-eu é

---

<sup>8</sup> Este será um ponto-chave da perspectiva de Norbert Elias sobre o Super-eu. A questão para a qual chamo a atenção é que essa explicação parece não bastar a Freud, devendo vir acompanhada daquela fundamentada na hipótese filogenética.

reconhecido como “patrimônio cultural psicológico” desse processo, além de patrimônio filogenético, hereditariamente transmitido.

Essa ideia do Super-eu como obra da cultura é reiterada em *O mal-estar na civilização*. Como a cultura exige a renúncia pulsional dos indivíduos para se sustentar, um dos maiores obstáculos a ela provém da pulsão de morte, que ganha expressão como pulsão de agressão e destruição, já em sua fusão com as pulsões de vida, responsáveis por desviá-la para os objetos externos. O método mais importante do qual a cultura se vale para inibir essa tendência humana à agressividade e torná-la inofensiva pode ser observado na evolução de cada indivíduo, por meio da formação do Super-eu. Nesse sentido, a agressão que seria dirigida ao outro é ligada pelo Super-eu e destinada ao próprio Eu. Mais uma vez, Freud enfatiza como essa instância psíquica resulta de um trabalho cultural: “A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada” (Freud, 1930/2010, p. 92). A relação indissociável entre o desenvolvimento do indivíduo e da cultura fica ainda mais evidente quando Freud considera, no mesmo texto, que haveria um Super-eu de uma época cultural, que veicularia os ideais e as proibições próprias de determinada comunidade. As exigências do Super-eu individual coincidiriam com aquelas do Super-eu cultural de seu tempo.

Além disso, a influência do complexo de Édipo na constituição do Super-eu pode ser contemplada de um ponto de vista diferente, se acompanhamos Freud em determinados textos, nos quais o Édipo não se encontra propriamente associado ao ato do parricídio e seus efeitos, herdados desde o passado da espécie. O “fato biológico” que estaria na base desse complexo seria a “[...] longa dependência que a criança tem dos pais” (Freud, 1933/2010, p. 205), que traz consequências para a formação da moralidade. Isso porque o complexo edípico se instaura diante do desamparo com o qual o ser humano chega ao mundo e da relação de dependência extrema estabelecida com os primeiros cuidadores a partir disso, que imprime na criança experiências das quais ela jamais se desvencilhará totalmente. Se, para o psicanalista, o ser humano nasce amoroso, desprovido da “capacidade original” ou “natural” de distinguir entre o bem e o mal, isso significa que essa distinção será realizada por meio da influência adquirida por essas primeiras figuras, que detém o poder de proteger a criança (Freud, 1930/2010, p. 93).

A meu ver, essa leitura do Édipo leva a outras consequências, a respeito da formação e do conteúdo do Super-eu. O que será considerado moral ou imoral se mostra radicalmente

contingente<sup>9</sup>, já que depende das primeiras experiências de socialização da criança, assentadas em sua dependência em relação aos cuidadores, e, por conseguinte, em relação à moralidade construída por essas figuras, a partir de sua própria socialização no meio cultural em que vivem. Isso vai ao encontro da ideia freudiana segundo a qual o Super-eu da criança é construído, em última instância, a partir do Super-eu de seus pais e autoridades análogas. Por obra da educação, o Super-eu do pequeno indivíduo “[...] preenche-se com o mesmo conteúdo, torna-se veículo da tradição, de todos os constantes valores que assim se propagaram de geração a geração” (Freud, 1933/2010, p. 205).

Essa transmissão geracional no Super-eu ocorre por meio da tradição e da educação, e não apenas sob a égide da herança filogenética, como vemos também no *Compêndio de psicanálise*. Nessa obra, o autor chega a afirmar que tanto o Isso, quanto o Supereu representam influências do passado: “[...] o Isso, as hereditárias; e o Supereu, essencialmente as recebidas dos outros” (Freud, 1940/2021, p. 21). Nesse sentido, enfatiza o caráter contingente das injunções do Super-eu, que dependem do que foi ouvido e aprendido pela criança, aberta às experiências que o mundo externo lhe propõe. Afirmação que é matizada mais tarde, no mesmo texto, quando Freud recupera constatações que já exploramos na passagem por *O Eu e o Isso*, e que mostra certa solução de compromisso proposta pelo autor entre o papel da hereditariedade e da cultura na formação do Super-eu. Seria muito rígida a divisão segundo a qual o Super-eu representa o “passado cultural”, enquanto o Isso representa as “tendências herdadas” ou o “passado orgânico”, pois há certas aquisições da cultura que deixam “seu precipitado no Isso”, de forma que aquilo que é veiculado pelo Super-eu, enquanto representante do Isso, “repete vivências filogenéticas primevas” (Freud, 1940/2021, p. 177).

Com esse percurso, espero que tenha sido possível visualizar a dupla faceta do Super-eu, representante do Isso e do mundo externo, herdeiro das vivências transmitidas pela espécie por meio do complexo de Édipo e formado a partir dos preceitos culturais trazidos pelas figuras parentais, das quais a criança depende tão intensamente e por tanto tempo, também devido a esse complexo, tomado a partir do ponto de vista do desamparo infantil. Ao mesmo tempo em que o Super-eu tem sua formação e seus conteúdos determinados pelo parricídio vivido pelos antepassados, também está sujeito às transformações históricas em curso, na

---

<sup>9</sup> Ainda que, em última instância, situar a origem do Édipo em um evento da pré-história seja uma forma de destacar a contingência que está na base daquilo que é herdado pela espécie. No entanto, em certa medida o resultado acaba sendo o oposto do esperado, visto que este passado acaba por determinar uma infinidade de gerações que se seguem a ele.

medida em que se assenta na tradição cultural de cada época, transmitida dos pais e demais modelos sociais para os filhos por meio da educação.

De volta à introdução deste artigo, recordemos a razão pela qual tal caráter duplo do Super-eu foi investigado. Trata-se de questionar o recurso de Freud à transmissão filogenética hereditária para justificar a gênese e a permanência do Super-eu e de seus mandamentos na vida psíquica, para que seja possível mostrar como a leitura de Norbert Elias pode iluminar esse ponto da teoria freudiana. No entanto, por que esse recurso mereceria ser questionado? Em primeiro lugar, porque estou de acordo com a leitura de *Totem e tabu* feita por Lebrun (1983, p. 100, grifos do autor), que chama a atenção para “a confusão entre valores *sócio-culturais* e *normais vitais*” decorrente da argumentação deste texto. Para o filósofo, ao explicar a formação das instituições por meio do parricídio, Freud supõe que elas estejam a serviço da sobrevivência da espécie; ao colocar a ênfase no sentimento de culpa diante do assassinato do pai como fonte das organizações sociais, como se aos filhos tivesse restado essa única opção para sobreviver –renunciar às mulheres –, transforma “o interdito em *norma indispensável à espécie*” (Lebrun, 1983, p. 101, grifos do autor). Assim, acaba por divulgar uma crença provinda da psicologia genética, segundo a qual a infância consiste em uma “[...] corrida biocultural de obstáculos com um programa fixado em linhas gerais pelo passado da espécie” (Lebrun, 1983, p. 102).

Em segundo lugar, devido aos problemas com os quais Freud se depara ao conceber o Super-eu como herdeiro do complexo de Édipo, quando este é compreendido a partir do assassinato do *pai* da pré-história cometido pelos filhos *homens*, cujos efeitos sobrevivem nas gerações atuais. Problemas ligados ao fato de tomar como pressuposto que a moralidade surge a partir da relação do pai com os filhos homens, como uma realização do sexo masculino na estrutura patriarcal. Recuperando as palavras de Freud (1923/2011, p. 47): “Em todas as conquistas éticas, o sexo masculino parece ter tomado a frente; a herança cruzada levou esse patrimônio também às mulheres.” Embora Freud entenda que essa moralidade se estende a todos os indivíduos da espécie depois do crime em questão, sabemos que não deixará de considerar que é especialmente o pai que barra a realização dos desejos edípicos e de apresentar o Super-eu como aquele que conserva o “caráter do pai” (Freud, 1923/2011, p. 43). Isso leva à “equivalência generalizada entre cultura e masculinidade”, trazida à tona pela psicanálise, com a conseqüente remissão das mulheres “aos limites da cultura e da civilização” (Martins e Silveira, 2020, p. 10).

Essa problemática equivalência entre cultura e masculinidade também se manifesta no pressuposto assumido por Freud de que o Super-eu das mulheres seria mais fraco e menos impessoal que o dos homens. Considerando o dado anatômico da presença ou da ausência do pênis, as mulheres já seriam castradas, de saída, razão pela qual não temem a castração, como os homens. No entanto, levando em conta o modelo masculino do Édipo, é justamente o temor diante da castração que permite a destruição desse complexo e se configura como o motivo fundamental para a construção do Super-eu (Freud, 1925/2011, p. 1933/2010). Toma-se o medo da castração como central para a edificação do Super-eu, a ponto de considerar que sua ausência compromete a inserção da mulher na cultura: “[...] o nível do que é eticamente normal vem a ser outro para a mulher”; ela tem “menos senso de justiça que o homem” (Freud, 1925/1930, p. 298); “[...] não são muito capazes” de sublimar as pulsões (Freud, 1930/2010, p. 67).<sup>10</sup>

Por fim, a hipótese filogenética que fundamenta a constituição do Super-eu implica o risco de uma concepção a-histórica dessa instância psíquica. Por mais que a vivência pré-histórica não seja determinante, já que depende da vivência individual, aberta às múltiplas contingências; por mais que o Super-eu seja reconhecido como uma instância psíquica formada a partir da cultura de cada tempo, veiculada por meio da instância parental e de seus substitutos; o fato de que esteja tão enlaçado com as aquisições filogenéticas, com essa herança arcaica da espécie perpetuada desde o parricídio, acaba por tornar inflexíveis certos preceitos que ele abriga, como a citada conservação do caráter do pai. É válido recuperar uma das questões que Silveira (2017, p. 185) levanta a respeito da hipótese filogenética aqui: “[...] por que a herança não teria, por sua vez, se alterado ao longo da própria história da espécie?” Vejamos como a leitura de Norbert Elias sobre o Super-eu pode ser provocativa para a psicanálise freudiana, ao destacar a influência das transformações sócio-históricas na constituição dessa instância psíquica.

### **O Super-eu ou o autocontrole do ponto de vista de Norbert Elias**

É o próprio sociólogo que autoriza seus leitores a aproximarem seu trabalho da obra de Freud, ao indicar que opera com “a estrutura psíquica” do Super-eu segundo “princípios freudianos”, apesar de fazer isso com algumas diferenças em relação ao criador da

---

<sup>10</sup> Essa tese é explícita, ainda que coexista com contrapontos, levantados pelo próprio Freud, que a enfraquecem, como a tese da bissexualidade originária no ser humano. Para uma discussão mais aprofundada sobre isso, ver Silveira (2021).

psicanálise, e enfatizar o quanto seu estudo “deve às descobertas de Freud e da escola psicanalítica” (Elias, 1939/1994a, p. 263). Como relembra Endo (2022, p. 377), Elias nem sempre esclarece o recurso que faz aos conceitos freudianos; por vezes, há certo “desleixo com os conceitos” – por exemplo, quando utiliza como sinônimos os termos Super-eu e consciência, como se fossem intercambiáveis –. No entanto, isso não chega a desencorajar uma aproximação entre ambos os autores, considerando o quanto pode ser profícuo, para os leitores de Freud, olhar, sob a perspectiva de Elias, a noção de Super-eu.<sup>11</sup>

Para apresentar o Super-eu ou, como também é chamado, o autocontrole em Elias, proponho um recorte de sua vasta e diversificada obra, já que me deterei apenas em certos pontos presentes nos dois volumes d’*O processo civilizador* e no artigo *A sociedade dos indivíduos*, publicados pela primeira vez em 1939. A começar pelo primeiro escrito, busca responder à questão geral de como aconteceu o processo civilizador no Ocidente, e às questões específicas de quais seriam “suas causas ou forças motivadoras” (Elias, 1939/1994a, p. 13). No primeiro volume, a partir da análise histórica da mudança de comportamentos desde a Idade Média, minuciosamente investigada em manuais de boas maneiras, obras literárias, entre outros documentos que se referiam a regras de conduta – à mesa, no ato de trincar e comer a carne, em situações de hostilidade entre as pessoas, ao assoar-se, ao escarrar e assim por diante –, o autor demonstra a transformação lenta e gradual do modo como o indivíduo se comporta e sente. Os comportamentos e sentimentos “civilizados”, observados no presente, não são naturais, são efeitos de um processo de longa duração, marcado pelo avanço do patamar da vergonha, da repugnância e do embaraço, que altera tanto aquilo que a sociedade exige, quanto aquilo que proíbe.

Elias mostra como uma série de hábitos se tornam desejáveis ou condenáveis, à medida que passam a ser considerados vergonhosos e repugnantes. A princípio, essa modelação ocorre por compulsão externa, levando em conta como tais comportamentos poderiam impactar terceiros; no entanto, “mais tarde isto se torna cada vez mais um automatismo interior, *a marca da sociedade no ser interno, o Super-eu*<sup>12</sup>, que proíbe ao indivíduo comer de qualquer maneira que não com o garfo” (Elias, 1939/1994a: grifos meus). Nesse sentido, o processo civilizador se desenrola em uma direção específica, que não foi

---

<sup>11</sup> Talvez uma das diferenças mais fundamentais, como mostra Delzescaux (2007), seja a dimensão mortífera do Super-eu em Freud, devido à relação que trava com o Isso e com a pulsão de morte, que não é levada em conta por Elias.

<sup>12</sup> Na tradução d’*O Processo civilizador* consultada, realizada por Ruy Jungmann, opta-se por “superego” para traduzir o termo *Über-Ich*. Tomei a liberdade de substituir por Super-eu, seguindo a tradução de Paulo César de Souza.

planejada racionalmente, por uma pessoa ou um grupo delas, tampouco acontece de maneira caótica. Direção que vai do controle exercido pelas outras pessoas rumo ao autocontrole, de modo que “a regulação de toda a vida pulsional<sup>13</sup> e afetiva por um firme autocontrole<sup>14</sup> se torne cada vez mais estável, uniforme e generalizada” (Elias, 1939/1993, p. 194).

No segundo volume, Elias procura compreender as condições de possibilidade de tais mudanças dos comportamentos e da constituição psíquica dos indivíduos no Ocidente. Volta-se para o estudo da formação do sistema feudal e de sua transição para o absolutismo na Europa ocidental, para destacar certas modificações nas configurações sociais decorrentes desse processo, que considera fundamentais para a emergência da estrutura da personalidade “civilizada”. Essas modificações, que levaram a uma complexificação da sociedade, seriam, principalmente, a diferenciação progressiva das funções sociais devido à intensificação da competição, o que aumenta não apenas o número de funções, mas também a cadeia de interdependência entre os indivíduos; e o advento de uma organização central mais forte e estável, que monopoliza a violência física, com a conseqüente pacificação interna da sociedade.

Se os indivíduos passam a depender muito mais uns dos outros para exercerem suas funções sociais, se a violência física deixa de ser uma ameaça constante e, com isso, mais regras têm de ser seguidas para garantir esse modo de funcionamento social, o aparato psíquico não permanece estático diante disso. Uma das principais teses do sociólogo consiste em defender que a essas variações na estrutura social correspondem transformações na estrutura da personalidade. Dessa forma, “o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma auto compulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse” (Elias, 1939/1993, p. 196).<sup>15</sup> O campo de batalha, que, na sociedade guerreira medieval, se situava no mundo, é “transportado para dentro do indivíduo” (Elias, 1939/1993: 203) na sociedade absolutista de corte, para a luta entre os impulsos, que não podem mais se expressar como antes, e esta parte reguladora do aparelho psíquico. Essa perspectiva permite a

---

<sup>13</sup> Na edição em alemão, o termo aqui é *Triebleben*. O tradutor opta por “vida instintiva” nesse caso, embora opte por “pulsão” para traduzir expressões desse tipo em outros momentos. Substituí por “vida pulsional”, considerando minha escolha de seguir a tradução de *Trieb* por pulsão.

<sup>14</sup> Outra observação sobre a tradução: “autocontrole” é um dos termos utilizados para verter *Selbstszwang*. Embora seja o mais frequente, o tradutor também recorre a termos correlatos em outros momentos, como “autocontenção”, “compulsão interna”, “controle interno”.

<sup>15</sup> Como é possível notar, não escapa a Elias que o autocontrole opera de modo consciente e inconsciente, por meio dos hábitos automatizados. Portanto, ainda que ele utilize Super-eu e consciência como sinônimos, como foi apontado acima, na prática, o conceito está mais próximo ao de Freud do que essa confusão de termos sugere.

Elias (1939/1994a, p. 153) afirmar que, mesmo que possam ter havido neuroses sempre, a forma por meio da qual se manifestavam no momento histórico em que o autor se situa “[...] são uma forma específica de conflito que precisa de uma elucidação psicogenética e sociogenética”, isto é, de uma investigação nos campos indissociáveis da estrutura da personalidade e da estrutura social.

Da mesma forma que os conflitos psíquicos entre impulsos e proibições, que estão na base das neuroses, são produtos sócio-históricos, a própria estrutura da personalidade também o é. Para o autor, a estrutura da personalidade acompanha o processo civilizador e não pode ser compreendida sem levá-lo em consideração:

[...] a peculiaridade do homem, descoberta por Freud em nossa própria época e conceitualizada por ele como uma rigorosa divisão entre funções mentais inconscientes e conscientes, muito longe de ser parte da natureza imutável do homem, é resultado de um longo processo civilizador, durante o qual se tornou mais duro e impenetrável o muro que separa as pulsões da libido da “consciência”, ou “reflexão” (Elias, 1939/1993, p. 238).

Nesse ponto, ganha destaque a capacidade de Elias de “[...] historicizar a psicanálise e suas categorias” (Mazurel, 2012, p. 2). Na mesma direção, o sociólogo considera que o Super-eu é “*sociogenético*”, parte da estrutura psíquica “gravada no indivíduo pela sociedade em que ele cresce” (Elias, 1939/1994a, p. 263, grifos meus). Isso não significa que Elias recuse a presença de outras formas de autocontrole em outras configurações sociais. Contudo, o Super-eu neste formato, de busca por uma “[...] regulação mais contínua, estável e uniforme” da “economia das paixões e afetos” (Elias, 1939/1993, p. 202) se expressa como efeito desse processo civilizador. Até porque o autor é avesso a procurar a origem propriamente dita dos fenômenos, um momento no qual o Super-eu teria surgido, de maneira abrupta; assim como discorda da ideia de que as coisas sempre estiveram presentes – “[...] tudo esteve sempre lá, como agora” –, o que afastaria qualquer tentativa de investigar o processo de formação dessa instância psíquica tal como ela se manifesta no seu tempo (Elias, 1939/1993, p. 230). É precisamente por discordar disso que Elias pode historicizar o Super-eu.

Como vimos, também é uma preocupação de Freud responder à seguinte questão: como o Super-eu é constituído nos indivíduos? O psicanalista não considera a moralidade como algo natural, que se expressaria com o nascimento da criança, tal como acontece com as pulsões sexuais. No entanto, ele não se contenta em atribuir a formação do Super-eu à relação da criança com as figuras parentais em primeiro lugar, e com o meio social como um todo, posteriormente. Recorre à explicação complementar de que há uma herança filogenética perpetuada pelo Isso e, conseqüentemente, pelo Super-eu. Devido a essa herança, cada

indivíduo irá, necessariamente, reviver o complexo de Édipo e essa instância psíquica será produto disso. Nesse sentido, para Freud, o Super-eu também é filogenético.

De volta a *Totem e tabu*, lemos: “Se os processos psíquicos não continuassem de uma geração para a seguinte, se cada uma tivesse que adquirir de novo seu posicionamento ante a vida, não haveria progresso nesse campo e quase nenhum desenvolvimento” (Freud, 1912-1913/2012, p. 240). De fato, esses processos psíquicos continuam, mas se Freud também precisa recorrer à filogênese para explicar essa transmissão, para Elias, a resposta sócio-histórica basta. O Super-eu, tal como é conhecido, é efeito de um processo civilizador, é uma alteração da estrutura da personalidade correspondente às mudanças da estrutura social na história. Assim como Freud, o sociólogo entende que esse processo sócio-histórico civilizador que dura séculos é vivido, de modo abreviado, por cada indivíduo, na infância. A criança não chega civilizada ao mundo. No entanto, diferentemente de Freud, entende que ela é automaticamente submetida, desde muito cedo, a um processo civilizador que opera socialmente, sem precisar recorrer ao argumento de uma herança da espécie que justifique essa transmissão psíquica. O autocontrole é instilado tão cedo e de forma tão profunda na criança, da mesma forma em que está profundamente arraigado nos pais, regulando consciente e inconscientemente sua economia pulsional, que opera “[...] como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais” (Elias, 1939/1993, p. 202). Como afirma Endo (2022, p. 384), para a “psicanálise posta à prova por Elias” se abre uma interpretação da civilização e do indivíduo civilizado em que é possível notar “padrões que de reprodução que ele próprio replica ao mesmo tempo em que ignora e, em ambos os casos, participa constituindo a cultura e sua transmissão sem a plena consciência disso e, portanto, de maneira aparentemente aleatória.” Em outras palavras, esse indivíduo repete sem saber que o faz e isso mostra como acontece a transmissão psíquica entre gerações.

O Super-eu precisa ser estudado a partir dos pontos de vista sociogenético e psicogenético para Elias, que trabalha com a indissociabilidade entre essas perspectivas: “A psicogênese do que constitui um adulto na sociedade civilizada não pode [...] ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa ‘civilização’” (Elias, 1939/1994a, p. 15). Como lemos em *A sociedade dos indivíduos*, a diferenciação das funções psíquicas que ocorre na criança, à medida que ela se torna adulta, “não ocorre, como o crescimento físico, por exemplo, em decorrência de um mecanismo natural herdado”; só existe porque ela é parte de uma sociedade de pessoas que atravessa todas essas transformações ao longo da história (Elias, 1939/1994b, p. 36). Para o autor, não é necessário

supor um mito de origem, como aquele do “pai originário” (Elias, 1939/1994b, p. 26), um tempo onde não haveria organizações sociais. Na medida em que concebe indivíduo e sociedade como dois aspectos do ser humano, e não como conceitos dicotômicos, Elias entende que a criança já nasce inserida em uma rede humana. No mesmo texto, o sociólogo chama a atenção para “[...] o grau bastante elevado em que a auto regulação humana está livre do controle de mecanismos reflexos hereditários” (Elias, 1939/1994b, p. 38). Essa falta de predisposição hereditária no ser humano é substituída, justamente, pela determinação social de suas funções psíquicas. Nesse sentido, Elias radicaliza essa independência da hereditariedade no ser humano.

Em Freud as coisas se passam de outra forma. Como procurei mostrar, em última instância, o autor ainda concede algum espaço ao papel da hereditariedade no desenvolvimento da estrutura psíquica do Super-eu, por meio de sua hipótese filogenética. Evidentemente, não propõe mecanismos reflexos e supõe que o próprio inato tenha sido adquirido pelos antepassados, mas, de certa forma, não abre mão de levar em conta a hereditariedade na formação do Super-eu, entendida como modo de transmissão das vivências pré-históricas, cujo peso pode ser maior ou menor, a depender das vivências individuais no desenvolvimento individual. Ponderando os problemas que isso pode trazer, os quais foram levantados acima, como a confusão entre os valores socioculturais e as normas vitais e um Super-eu necessariamente orientado para o pai, a aposta é a de que a leitura de Elias possa iluminar esse ponto da teoria freudiana.

Afinal, com Elias, o Super-eu, assim como a estrutura da personalidade, é dependente de um processo sócio-histórico de longo prazo para se constituir. Em cada criança que nasce, é inculcado automaticamente, considerando o processo civilizador no qual ela se insere. Por outro lado, está radicalmente aberto a mudanças, sujeito a transformações, não só em seus conteúdos, nos tipos de autorregulação que exige, mas em sua própria estrutura, que não é a mesma em todos os tempos históricos. Tampouco é a mesma em nações diferentes e em classes sociais distintas. Além de não estar garantida, nem fixada, já que o processo civilizador apresenta avanços e recuos, e o autocontrole das emoções e da conduta tal como o conhecemos hoje, que parece tão natural, “[...] desmoronaria ou entraria em colapso se as tensões que induzem ansiedade em nós e em volta de nós mudassem, se os medos que nos afetam a vida de repente se tornassem muito mais fortes ou fracos” (Elias, 1939/1993, p. 268).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, destaco, mais uma vez, como a discussão sobre o Super-eu freudiano, à luz da leitura de Norbert Elias, pode contribuir para radicalizar a importância da estrutura social no curso da história para a formação dessa instância – e da estrutura psíquica como um todo – em cada indivíduo. Não que esse fator seja desconsiderado por Freud, mas vem junto à hipótese filogenética e seus possíveis problemas. Entre eles, o risco de uma concepção a-histórica do Super-eu. Precisamente pelo fato de o discurso freudiano não se afastar de vez desse risco, penso ser importante encerrar este artigo retomando a crítica de Elias (1939/1994b, p. 38) à cisão entre psicologia, história e sociologia, afinal: “As estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, só podendo ser estudadas em conjunto.” Olhar para a estrutura psíquica do tempo atual como se ainda repetisse algo fixado pelo passado da espécie, como se não fosse o efeito de um processo histórico de mudanças na estrutura social e como se não estivesse sujeita a transformações pode levar a limitações importantes. E a psicanálise, por vezes, sucumbe a essa atitude, se afastando da teoria social.

Desse ponto de vista, a meu ver, Elias oferece ferramentas para ler Freud que se mostram indispensáveis à psicanálise, tanto no sentido epistemológico, quanto para sua prática. Permite observar o Super-eu, em sua força e sua permanência, como efeito de um processo civilizador, que avança e recua, que tem suas particularidades em cada nação, nas diferentes classes sociais, gêneros e demais marcadores sociais. Permite, dando um passo adiante, rever a questão da invariabilidade do complexo de Édipo ao longo do tempo, sem que isso leve a uma implosão da própria teoria freudiana. E já que a escuta do psicanalista muda à medida que se altera o aparato conceitual da psicanálise, ler Freud com o auxílio desses óculos possibilita ainda que a conjuntura histórico-social dos indivíduos que procuram por uma análise seja levada em conta não como um dado qualquer, mas sim como ponto de sustentação da própria estrutura psíquica com a qual se lida. Afinal, Elias traz à tona que os fenômenos psíquicos precisam ser considerados do ponto de vista psicogenético e sociogenético, que as variações na estrutura da personalidade são necessariamente acompanhadas por variações na estrutura social, radicalizando a importância disso para o psicanalista em sua clínica.

**REFERÊNCIAS**

DELZESCAUX, Sabine. Autocontrainte et instance surmoïque: éléments de réflexion sur la référence d'Elias à la psychanalyse freudienne. **Nouvelle Revue de Psychologie**, v. 4, n. 2, 2007, p. 201-2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelle-revue-de-psychosociologie-2007-2-page-201.htm?contenu=article> Acesso em: jan. 2024.

ELIAS, Norbert. **Über den Prozess der Zivilisation**. Band I. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 2**: Formação do Estado e civilização (1939). Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1**: Uma história dos costumes. (1939) 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos (1939). In: ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1994b. p. 11-60.

ELIAS, Norbert. Norbert Elias ou la sociologie des continuités (1985). **Labyrinthe**, v. 5, 2000, p. 89-95. Disponível em: <https://journals.openedition.org/labyrinthe/273> Acesso em: abr. 2024.

ENDO, Paulo. A incidência do pensamento de Sigmund Freud na obra de Norbert Elias e a radicalidade no exame dos processos civilizadores. In: ENDO, P. **Psicanálise: Confins – Memória, política e sujeitos sem direitos**. São Paulo: Blucher, 2022. p. 373-394.

ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao Estado**: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos sonhos**, volume 1 (1900). Porto Alegre, L&PM, 2016.

FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise (1910). In: FREUD, S. **Obras completas, volume 9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 220-286.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1912-1913). In: FREUD, S. **Obras completas, volume 11**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 13-244.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). In: FREUD, S. **Obras completas, volume 12**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-50.

FREUD, Sigmund. Conferência 23 (1917). In: FREUD, S. **Obras completas, volume 13**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 475-499.

FREUD, Sigmund. História de uma neurose infantil (“O Homem dos Lobos”) (1918). In: FREUD, S. **Obras completas, volume 14**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-160.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu (1921). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 15*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-113.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id (1923). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-74.

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo (1924). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 184-202.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo (1924). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 203-213.

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos (1925). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 283-299.

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia (1926). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 17*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 13-123.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 17*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 231-301.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 18*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-123.

FREUD, Sigmund. Conferência 31 (1933). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 18*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010. p. 192-223.

FREUD, Sigmund. Conferência 33 (1933). *In: FREUD, S. Obras completas, volume 18*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010. p. 263-293.

FREUD, Sigmund. Compêndio de psicanálise (1940). *In: FREUD, S. Obras incompletas*. Belo Horizonte, Autêntica, 2021. p. 15-195.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. Santos, Martins Fontes, 1970.

LEBRUN, Gérard. O selvagem e o neurótico. *In: LEBRUN, G. Passeios ao léu*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 95-103.

MARTINS, Alessandra Affortuninati; SILVEIRA, Léa. **Freud e o patriarcado**. São Paulo, Hedra, 2020.

MAZUREL, Hervé. **Norbert Elias: au-delà de Freud**. Sociologie [en ligne], 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologie/1107> Acesso em: mar. 2024.

PENA, Breno Ferreira. **O Supereu estrutural e seus efeitos históricos: das dívidas morais na modernidade, às dívidas de performance no contemporâneo**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVEIRA, Léa. Freud e o peso do gelo. Resenha de Filogênese na metapsicologia freudiana, de Fernanda Silveira Corrêa (Campinas: Editora Unicamp, 2015). **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 179-186, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/121899> Acesso em: fev. 2024.

SILVEIRA, Léa. Esquema filogenético e campo transcendental: sobre as concepções de fantasia em Freud e em Lacan. In: MONZANI, L. R.; SORIA, A. C. S. (org.). **Freud: filosofia e psicanálise**. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 21-36.

SILVEIRA, Léa. Entre teses e textos: Como o tema da inferioridade da mulher aparece nos ensaios que Freud dedica à sexualidade feminina? **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 58, p. 6-29, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/26230/24886> Acesso em: mar. 2024.

